



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**MANDADO DE SEGURANÇA Nº 27922 - DF (2021/0219335-0)**

**RELATOR : MINISTRO MANOEL ERHARDT (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF-5ª REGIÃO)**  
**IMPETRANTE : MARCIO LUIZ MURTA KANGUSSU**  
**ADVOGADO : RODRIGO SILVA MORAIS - MG101779**  
**IMPETRADO : MINISTRO DA AGRICULTURA PECUARIA E ABASTECIMENTO**  
**INTERES. : UNIÃO**

### DECISÃO

Cuida-se de mandado de segurança com pedido de liminar impetrado por MARCIO LUIZ MURTA KANGUSSU contra ato praticado pela MINISTRA DA AGRICULTURA PECUARIA E ABASTECIMENTO.

Alega o impetrante que, à época dos fatos, exercia o cargo de Superintendente Federal de Agricultura no Estado de Minas Gerais, tendo sido contra ele instaurado processo administrativo disciplinar para apurar supostas irregularidades relativas à doação de patrimônio público.

Assevera que durante o processo administrativo disciplinar não lhe foi garantido direito à ampla defesa e contraditório.

Requer seja deferida liminar na forma do inciso III do art. 7º da Lei n. 12.016/09, uma vez que presentes os requisitos legais para sua concessão, no sentido de anular todos os atos posteriores ao momento de citação do impetrante para tomar conhecimento da decisão de exoneração que lhe foi imposta.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A concessão de medida liminar em mandado de segurança exige a satisfação simultânea de dois requisitos autorizadores, a saber, o *fumus boni iuris*, caracterizado pela relevância jurídica dos argumentos apresentados no *mandamus*, e o *periculum in mora*, consubstanciado na possibilidade do perecimento do bem jurídico objeto da pretensão resistida.

Em análise sumária, verifica-se que o *periculum in mora* não está evidenciado, pois não há risco de ineficácia da concessão da ordem mandamental na hipótese de a liminar não ser desde logo deferida. O impetrante não comprovou o risco de

dano irreparável.

Ademais, no presente caso, o pedido de liminar – anular todos os atos posteriores ao momento de citação do impetrante para tomar conhecimento da decisão de exoneração que lhe foi imposta – confunde-se com o próprio mérito da impetração, circunstância que demonstra a natureza satisfativa do pleito, cuja análise pormenorizada compete ao colegiado no momento oportuno.

Ante o exposto, diante da ausência de um dos requisitos autorizadores da tutela de urgência, indefiro o pedido de liminar sem prejuízo de ulterior deliberação pelo relator do feito.

Notifique-se a autoridade coatora para que preste informações no prazo de 10 dias (art. 7º, I, da Lei n. 12.016/2009).

Cientifique-se a Advocacia-Geral da União para que, querendo, ingresse no feito (art. 7º, II, da Lei n. 12.016/2009).

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal (art. 12, *caput*, da Lei n. 12.016/2009).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente